

Metodologia de Terror de Estado no sequestro e cárcere dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983)

Methods of State Terrorism in kidnapping and imprisonment of Uruguayans Lilián Celiberti and Universindo Rodríguez Díaz (1978-1983)

*Ramiro José dos Reis**

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de analisar, a partir do conceito de Terror de Estado (TDE), o sequestro político internacional dos cidadãos uruguaios exilados Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, juntamente com os filhos dela, Camilo (7 anos) e Francesca (3 anos), em 12 de novembro de 1978, em Porto Alegre. Além disso, pretende evidenciar o procedimento do sequestro como típica ação de conexão repressiva entre Brasil e Uruguai sob cobertura da chamada Operação Condor, que nada mais foi que a internacionalização do Terrorismo de Estado no Cone Sul da América Latina. Por fim, o texto pretende examinar as condições carcerárias dos uruguaios, tanto nos quartéis onde prevalecia a rotina de torturas físicas, como nos penais de *Punta Rieles* e de *Libertad*, cujo terror psicológico fazia parte de um nefasto sistema para enlouquecer os presos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Terror de Estado uruguaio; Operação Condor; Conexão Repressiva; Brasil; Uruguai.

ABSTRACT

This article is to examine, from the concept of State of Terror (TDE), the international political kidnapping of citizens Uruguayan exiles Lilián Celiberti and Universindo Rodríguez Díaz, along with sons, Camilo (7 years) and Francesca (3 years), in 12 November 1978, in Porto Alegre. Moreover, this procedure aims to highlight the kidnapping as Typical enforcement action connection between Brazil and Uruguay in coverage of Operation Condor, which was nothing more than the internationalization of State Terrorism in the Southern Cone of Latin America. Finally, this text seeks to examine prison conditions in Uruguayan prevailed both in barracks where the routine of physical torture, as in criminal *Punta Rieles* and *Libertad*, the psychological terror was part of a nefarious scheme to mad political prisoners.

KEYWORDS: State of Terror Uruguayan; Operation Condor; Repressive Connection; Brazil; Uruguay.

Em 12 de novembro de 1978 foram sequestrados os cidadãos uruguaios exilados Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti e os filhos menores dela, Camilo e Francesca, em Porto Alegre. O caso *Lilián-Universindo* ou *sequestro dos uruguaios*, como ficou conhecido, foi uma ação binacional de militares uruguaios da Companhia de Contra-Inteligência do Exército¹ e policiais do

* Mestrando em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Brasil.

¹ Capitão Eduardo Ferro, major José Bassani, major Glauco Yannone e capitão Eduardo Ramos.

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)² do Rio Grande do Sul. Tal ação, enquanto operação de cooperação e coordenação repressiva entre as ditaduras do Brasil e Uruguai, seguiu uma metodologia terrorista interestatal que ocorreu sob a cobertura da denominada Operação Condor aos moldes de vários outros casos de sequestros de cidadãos uruguaios que se encontravam exilados na Argentina (1976-77) e, também no Paraguai (1977). Assim como Lilián e Universindo, a maioria desses militantes capturados em Buenos Aires e Assunção, pertenciam ao *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP).³

Lilián Celiberti era professora do primário no Uruguai e líder sindical do magistério. Ex-integrante da organização de bases *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE), foi presa e torturada em 1972, acusada de associação á subversão, cumprindo sua primeira pena no presídio feminino de *Punta Rieles* até maio de 1974. Ao sair do penal se exilou na Itália com o marido e seu filho Camilo, que em 1978 tinha sete anos. Em Milão, ela teve sua segunda filha, Francesca, que na época do sequestro tinha apenas três anos. Universindo Rodríguez Díaz era um estudante de medicina no Uruguai, ligado ao movimento estudantil da *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay* (FEUU) que, ao exemplo de Celiberti, teve de sair de seu país exilando-se na Argentina (1975-1977) e depois na Suécia (1977-78), até retornar da Europa para o sul do Brasil.

A cidade de Porto Alegre era a capital de estado brasileira cujo exílio era o mais próximo de Montevideu e de lá era distribuído o periódico clandestino *Compañero*, do PVP. Na capital gaúcha, Lilián e Universindo estavam elaborando um dossiê denunciando as violações dos direitos humanos no Uruguai, além de manterem contatos com setores da imprensa independente e líderes sindicais brasileiros.

No contexto da operação binacional realizada no Brasil, ocorre o auge do terrorismo estatal no Uruguai e na Argentina, em que praticamente a única estratégia para os opositores do regime era a militância pela denúncia das

² Delegado Pedro Seelig, escrivão Orandir Portassi Lucas (“Didi Pedalada”), inspetor Janito Kepler, inspetor João A. da Rosa (“Irno”).

³ O PVP era um pequeno, porém importante partido marxista, fundado em Buenos Aires, em 1975, por exilados uruguaios, oriundos de grupos libertários como a *Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales* (OPR-33), braço armado da *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU) e a organização de bases *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE). A estratégia política do partido, cujas lideranças eram os sindicalistas libertários Geraldo Gatti, León Duarte e o professor marxista Hugo Cores, era a denúncia internacional das violações dos direitos humanos no Uruguai.

violações dos direitos humanos a partir do exílio, já que o sindicalismo havia sido derrotado, após a greve geral convocada pela *Confederación Nacional de los Trabajadores* (CNT), e a luta armada desmantelada a partir da detenção das principais lideranças tupamaras. Por isto, o PVP foi duramente reprimido e quase aniquilado após um ano de sua fundação com o golpe de Estado na Argentina, em março de 1976. Com a desestruturação dos seus núcleos, o partido tentava estabelecer um canal de contato com os companheiros de seu país a partir do território brasileiro como Lilián e Universindo que atuavam em Porto Alegre, com suporte de militantes na Europa, quando foram presos ilegalmente em novembro de 1978. Tal ação teve todas as características de Terror de Estado (TDE) como veremos a seguir.

As modalidades de TDE no sequestro e cárcere dos uruguaios serão analisadas nesse artigo a partir da utilização de três tipos de fontes diferentes, mas complementares, que nos dão uma dimensão da amplitude dessa situação limite nesse emblemático acontecimento, não só para história recente do Rio Grande do Sul, mas também do Brasil e do Cone Sul latino americano. São elas: em primeiro lugar, o depoimento⁴ documentado do soldado desertor Hugo Walter Garcia Rivas,⁵ ex-fotógrafo da Companhia de Contra-informações do exército uruaio, ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), no dia 3 de maio de 1980, que nos traz a versão de um agente repressivo que participou diretamente da operação, bem como seu livro *Confissões de um extorturador* do mesmo ano; em segundo, as memórias de Lilián Celiberti sobre o sequestro e os cinco anos no penal feminino de *Punta Rieles*, co-escrito com a escritora e jornalista Lucy Garrido, publicado no Brasil em 1989; e, finalmente, um relato de Universindo Rodríguez Díaz sobre o sequestro, o presídio político de *Libertad* e sobre sua passagem pelo quartel 13º Batalhão de Infantaria Blindada, conhecido em Montevideu como *El Infierno*.

Quanto à disponibilidade de tais fontes, podemos afirmar que o *sequestro dos uruguaios* trata-se de um caso privilegiado, em se tratando de uma operação secreta bi-nacional entre ditaduras de Segurança Nacional,

⁴ Documento cedido por Jair Krischke, conselheiro do MJDH.

⁵ Hugo Walter Garcia Rivas aos 23 anos de idade foi um dos primeiros de muitos jovens soldados a desertarem das Forças Armadas uruguaias por não concordarem com seus métodos terroristas, talvez o mais conhecido seja o marinheiro Daniel Rey Piuma que fotografou os corpos dos “voos da morte” devolvidos ao mar, após desertar da Armada.

coordenadas e articuladas através do TDE. Cabe lembrar que a falta de documentos oficiais, seja pelo não registro, pela autodestruição ou pela indisponibilidade dos arquivos repressivos, ainda é uma dificuldade apresentada para o historiador do tempo presente, sobretudo no Brasil.

As ditaduras queimaram arquivos, ou nem registraram suas operações clandestinas, na estratégia de impedir a futura reconstrução da memória. Como desmanchavam cadáveres em fornos de cal e atiravam prisioneiros sedados em alto-mar para esconder as provas dos crimes, pouco lhes custava incinerar papéis. (MARIANO, 2006: 11).

No próprio caso *Lilián-Universindo* a documentação oficial no lado brasileiro não existe, ou pelo menos não se conhece, conforme depoimento do, então Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, João Oswaldo Leivas Jobs, quando foram incinerados os arquivos do DOPS em 1982, declarou à Zero Hora: “E se lá existe algo relacionado ao chamado *sequestro dos uruguaios* isto será queimado”. (Apud. BAUER, 2004: 153-154).

Terror de Estado (TDE)

Para a análise interpretativa da metodologia do sequestro e posterior prisão de Universindo e Lilián pretendo utilizar o conceito de Terror de Estado (TDE) proposto por Enrique Serra Padrós (2005) sobre a modalidade repressiva do Estado de Segurança Nacional uruguaio devidamente coordenado e conectado com a ditadura brasileira.

O terror de Estado identificado com a aplicação das orientações da Doutrina de Segurança Nacional na forma de guerra contra-insurgente, na América Latina das décadas de 60 e 80, consistiu num sistema repressivo aplicado em grande escala pelos setores dominantes e desde o Estado, dentro ou fora das próprias fronteiras. Nos últimos anos a vinculação entre as ditaduras de SN e o terror de Estado se tornou mais evidente. A divulgação dos arquivos repressivos, na medida em que desvelam as ditaduras do Cone Sul, suas inter-relações, assim como as relações delas com os Estados Unidos, deu mais consistência às interpretações que reconhecem a existência de uma política terrorista de Estado. (PADRÓS, 2005: 49).

O debate acerca do TDE é recente (década de 1970), embora o conceito já tivesse sido utilizado corretamente para caracterizar a fase jacobina da Revolução Francesa (1793-94), por exemplo. Porém os antecedentes históricos mais próximos do TDE na América Latina, principalmente em se tratando de seu elemento mais peculiar e sofisticado que foi a política do desaparecimento permanente dos opositores, temos a experiência da repressão colonial francesa na Argélia (1954 -57) e a Operação Fênix (1966) dos EUA no Vietnã. Em todos

esses casos, a política de desaparecimento foi expediente comum dos regimes autoritários contra os insurgentes no intuito de aterrorizar e desmobilizar o restante da sociedade.

O conceito é aplicado quando o terror passa a ser disseminado sistematicamente como política estatal no intuito de reprimir exemplarmente, grupos sociais ou indivíduos, considerados “inimigos internos”, para criar uma “cultura de medo” no restante da sociedade. Para tanto, o Estado extrapola os limites institucionais de coerção através de métodos totalmente ilegais e clandestinos para reprimir os seus próprios cidadãos que não se enquadram nos ditames do regime autoritário. Na América Latina, a política de Terror de Estado deu-se a partir de uma metodologia de detenção ilegal, tortura sistemática, sequestros e desaparecimento definitivo dos opositores.

No caso específico do Uruguai, as modalidades repressivas mais comuns foram: o grande encarceramento, a política dos reféns, a tortura massificada e a desaparecimento forçada dos opositores do regime. Sendo assim, o *caso Lilián-Universindo* teve todas as características particulares do TDE uruguaio, desde a detenção ilegal, traslado, tortura e a possibilidade de desaparecimento definitivo. Isto ocorreu, inclusive, na questão da possibilidade de “apropriação” das crianças que durante treze dias estiveram detidas e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse. Então, o sequestro, a política dos reféns, o encarceramento prolongado, a tortura sistemática e a possibilidade de desaparecimento dos adultos e da apropriação das crianças, que foram as principais características peculiares do TDE uruguaio, configuram, indubitavelmente, esse emblemático crime político internacional realizado sob a cobertura do Plano Condor.

Antes de analisarmos os pormenores da captura dos quatro cidadãos uruguaios em Porto Alegre em 1978, e a posterior prisão dos adultos, gostaria de salientar que o objetivo desse artigo não é versar sobre o Terror de Estado presente na ditadura civil militar brasileira embora acredite que a mesma tenha vários elementos constituintes de tal política estatal como, por exemplo, a tortura sistemática e a disseminação de uma cultura do medo. O intuito desse texto é verificar as especificidades do TDE uruguaio conectado ao aparato repressivo brasileiro em uma típica ação do Operativo Condor.

Operação Condor: internacionalização do Terror de Estado

O Plano Condor consistiu em um mecanismo de conexão repressiva, regional clandestino, entre as comunidades de informações e polícias políticas secretas das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul da América Latina (Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai, Peru e Bolívia) entre os anos 70 e 80. O mesmo foi formalizado em 1975 no intuito de monitorar, perseguir e executar opositores políticos que estavam refugiados em outros países e engajados na ação política de denúncia realizada desde o exílio. Para tanto, sofisticados métodos repressivos terroristas como tortura, sequestros, execuções e desaparecimento permanente das vítimas, foram utilizadas para desarticular grupos de exilados que continuavam a se opor aos regimes autoritários de seus países de origem. Tal foi o caso dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, em Porto Alegre no ano de 1978.

O uso do sequestro, da detenção clandestina e da tortura das vítimas nos procedimentos dos comandos repressivos reproduziu o que já ocorria no interior das ditaduras da região. Entretanto, o assassinato e a desaparecimento forçada dos exilados políticos adquiriram uma proporção muito maior que a sofrida nos países de origem – com exceção da Argentina. (PADRÓS, 2005: 705).

A conexão repressiva foi “oficializada” na Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional realizada em Santiago do Chile, de 25 de novembro a 1 de dezembro de 1975, sob iniciativa do então coronel Manuel Contreras Sepúlveda, chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), polícia secreta chilena, e braço direito do ditador Augusto Pinochet. Nesta reunião se propôs uma ampliação da atuação do Terror de Estado em nome da Segurança Nacional não apenas no Cone Sul, mas também nos Estados Unidos⁶ e na Europa.⁷ A proposta de Contreras nada mais era que reproduzir o que era feito dentro dos territórios nacionais, em termos de repressão, além das fronteiras de cada Estado Nação, de maneira seletiva e clandestina. O nome *condor* foi proposto pela delegação uruguaia, em homenagem à ave simbólica do país anfitrião e proponente da organização.

Segundo o jornalista e historiador Nilson César Mariano (2006: 7), que

⁶ O caso mais emblemático da Operação Condor foi o assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letellier ocorrido através de um atentado à bomba em Washington no dia 21 de setembro de 1976.

⁷ Atentado à bala contra o dirigente chileno Bernardo Leighton e sua esposa em Roma no dia 06 de outubro de 1975 e o assassinato do militar uruguaio Ramón Trabal, em Paris.

escreveu dois livros e uma dissertação sobre o tema:

Para combater o que os regimes autoritários acreditavam ser a ameaça internacional do comunismo. De forma clandestina e transnacional, as ditaduras interligaram os aparatos repressivos para perseguir adversários políticos além das fronteiras entre os países. Unidas, levaram ao extremo a prática do Terrorismo de Estado, com sequestros, prisões, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres.

Para o jornalista estadunidense Jonh Dinges:⁸

A Operação Condor em si foi responsável por uma proporção relativamente pequena do total de mortes e violência, mas representa o pior e definitivo afastamento do estado de direito e da sociedade civilizada. Os países, do seu mais alto nível de autoridade, entraram num acordo para cooperar no empreendimento do terrorismo de Estado. (2005: 40-41).

Quanto aos objetivos do operativo, Dinges afirma que era um plano internacional para derrotar o inimigo que também operava em âmbito internacional (Ibidem). Já para o cientista político francês Franck Gaudichaud, o (t)Terrorismo de (e)Estado da Operação Condor, não se resumia à luta contra as organizações revolucionárias. Para ele, a luta contra os militantes mais comprometidos e radicais servia também como pretexto para exercer uma ação coercitiva no conjunto da sociedade e assim instaurar ou manter uma ordem social autoritária e desigual (2005). A aparente contradição entre essas duas teses pode ser desfeita já que ambos os objetivos do *Plano Condor* foram atingidos com a eliminação dos principais inimigos dos governos militares bem como a preparação do terreno para o neoliberalismo na América Latina.

Entretanto, no caso *Lilián-Universindo* o plano terrorista internacional fracassou, pois não conseguiu atingir os seus objetivos como veremos a seguir. Mas é claro que esse fracasso é relativo porque os sequestrados foram torturados, trasladados clandestinamente e presos por cinco anos nos terríveis cárceres uruguaios, além de os filhos pequenos de Lilián ficarem esse longo período sem ver a própria mãe.

Operação “Zapato Roto”

A ação que culminaria com o *sequestro dos uruguaios* em Porto Alegre foi planejada na Companhia de Contra-informações do Departamento II do Estado

⁸ Dinges foi correspondente no Chile na década de 1970 e principal investigador do assassinato de Orlando Lettelier nos Estados Unidos. Junto com Saul Landau escreveu *Assassinato em Washington*.

Maior do Exército uruguaio, sob o comando do coronel Calixto de Armas, subordinado ao general Gregório “Goyo” Alvarez, comandante em chefe das Forças Armadas Conjuntas que mais tarde seria o presidente da república oriental. O nome em código da operação era *Zapato Roto* já que o principal alvo do plano era capturar o secretário geral do PVP, o professor Hugo Cores que atuava em São Paulo na denúncia das violações dos direitos humanos no Uruguai e no auxílio aos perseguidos políticos em busca de refúgio. O fato de Cores fazer seus contatos em longas caminhadas com seus sapatos gastos teria sido o motivo do nome da operação. Tal operativo visava também roubar cerca de 6 milhões de dólares, provenientes de uma série de expropriações feitas pelo partido. (MITCHELL, 2000: 120).

O primeiro sequestrado da *Operación Zapato Roto* em Montevideu no início do mês de novembro de 1978 foi Carlos Amado Castro Acosta, militante do PVP, deflagrada a partir de um telefonema anônimo ao Comando Geral do Exército que dizia que num endereço na Vila Colón havia um requerido das FFAA. Esse procedimento de delações anônimas era comum na medida em que o próprio Estado incentivava tal prática, a partir de intensa propaganda e de ameaças, criando sempre um clima de suspeição entre a própria população. Com essa delação, a Companhia de Contra-informações armou uma *ratonera* na casa de Acosta. Depois do sequestro, o detido foi torturado no “tacho” que consistia em uma constante ameaça de morte do torturado por afogamento em um tonel de água cortado ao meio; no “gancho” que era a colocação do torturado dependurado pelas mãos amarradas às costas com o corpo nu exposto a pancadas e com a *picana* elétrica, aplicando choques nas partes mais sensíveis do corpo do prisioneiro. Aqui é importante frisar o duplo caráter de terror da tortura já que, além da intensa dor física que a vítima sente, existe o fator psicológico, pois uma das consequências das sevícias é tornar o “inimigo interno” um colaborador do Estado.⁹ A partir dessa sistemática metodologia de tortura os repressores chegaram a novas detenções clandestinas seguindo o nefasto ciclo do *sequestro-tortura-sequestro*. Também foram capturados nessa operação cerca de dez membros do PVP que faziam parte da rede de distribuição clandestina do jornal *Compañero*.

⁹ No depoimento de Acosta no documentário *Cone Sul*, de Enio Staub e João Guilherme dos Reis, de 1985, podemos perceber o seu constrangimento e perturbação ao falar sobre seu sequestro e tortura.

Segundo o soldado desertor Hugo Walter Garcia Rivas, ex-fotógrafo da Companhia de Contra-informações, em depoimento ao MJDH, a partir dos interrogatórios verificou-se que, em Porto Alegre, se encontravam Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz. Essa informação, arrancada em cinco dias sob intensa tortura no “tacho” e no “gancho”, testemunhada pelo próprio Rivas, abria novamente a possibilidade para o ciclo *sequestro-tortura-sequestro*. Para tanto, o próprio coronel Calixto de Armas entrou em contato com o general Paulo de Campos Paiva, chefe do Estado Maior do III Exército, oficial de mesma hierarquia no Brasil, para acertar os detalhes¹⁰ da cooperação bi-nacional para o empreendimento do sequestro de cidadãos uruguaios na capital gaúcha para chegar até Hugo Cores e por as mãos nos dólares do PVP.

Os Serviços de Inteligência trocariam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outro país. Um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o subversivo; todos os países interessados participariam do interrogatório. (DINGES, 2005: 36).

Na manhã do dia 12 de novembro de 1978, o comando binacional sequestrou Lilián Celiberti na estação rodoviária de Porto Alegre. Ela esperava por uma *madre* do Comitê de Familiares e Desaparecidos quando, por volta das nove horas, um homem de meia idade elegantemente vestido pediu-lhe os documentos. Esse era o delegado Pedro Carlos Seelig,¹¹ que chefiou a operação de sequestro do lado brasileiro e era conhecido no Rio Grande do Sul como “Fleury dos Pampas”, em alusão ao notório torturador paulista, líder do Esquadrão da Morte, Sérgio Paranhos Fleury. A uruguaia não desconfiou da situação até identificar o capitão uruguaio Glauco Yannone,¹² conhecido pela “depredação que fazia nos pertences das presas na penitenciária de Punta Rieles e por sua fundamentada aura de crueldade”. (CELIBERTI, 1989: 12). A

¹⁰ Primeiramente foi enviado ao Brasil o major José Bassani, segundo homem da companhia de Contra-informações. Depois veio o capitão Eduardo Ramos e, finalmente, o major Carlos Rossel para acertar os últimos detalhes. Termo de Declarações de Hugo Walter Garcia Rivas em 3 de maio de 1980 prestado ao MJDH.

¹¹ O delegado Pedro Seelig já havia respondido por processos referentes à tortura como, por exemplo, na morte do menor Luiz Arévalo, seu próprio enteado, nas dependências do DOPS em 1973. Tal caso gerou, inclusive, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Rio Grande do Sul. Nessa época, Seelig foi condecorado com a medalha do pacificador, mesmo sendo alvo de investigação.

¹² A irônica biografia do capitão Glauco Yannone é que o mesmo foi condecorado com o prêmio Nobel da Paz em 1988, devido a sua atuação na ONU e, recentemente (2008), já coronel, assumiu a cátedra de história militar na escola Militar por uma resolução do Ministério da Defesa Nacional.

militante do PVP foi levada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no 3º andar do prédio da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Rio Grande do Sul na avenida Ipiranga, nº 2.050, onde foi submetida a choques elétricos. Sobre a tortura, Lilián escreveu em seu livro de memórias, que o seu “objetivo é te destruir como pessoa, que teu corpo, tua vontade, perca o controle e te sintas um montão de carne, ossos, merda, dor e medo” (CELIBERTI, 1989: 13). Isso porque com as descargas elétricas o preso não tem controle e acaba urinando e defecando, aumentando ainda mais a humilhação e o sentimento de impotência frente a tal situação-limite.

Camilo e Francesca, que esperaram ir ao futebol com Yano (Universindo) enquanto ela, na Delegacia, nua e com arame nos ouvidos e nas mãos, recebe as descargas elétricas e a água, as descargas e a água, as descargas e a água, pensando no filho de Sara, na filha de Emilia, em Camilo e Francesca, Camilo e Francesca. (CELIBERTI, 1989: 11).

A maior preocupação de Lilián Celiberti era com seus filhos, pois tinha medo que eles tivessem o mesmo destino de Simón Riquelo e Mariana Zafaroni, filhos de Sara Mendez e Emilia Islas de Zafaroni, companheiras dela no PVP, que foram sequestradas na Argentina através da Operação Condor.

Durante treze dias estiveram sequestradas e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse; portanto durante este tempo, Francesca e Camilo foram detidos-desaparecidos. Se não fosse a rápida intervenção da família alertada pela imprensa, considerando a idade de ambos, possivelmente teriam se tornado “botim de guerra” e sofrido o destino do desaparecimento, da supressão de suas identidades e da apropriação de seus corpos e da sua vida. (PADRÓS, 2005: 765).

Os sequestros de crianças foram efetuados majoritariamente pelos grupos de tarefas argentinos, mas também pelo Organismo de Coordenação de Operações Anti-subversivas (OCHOA) do Uruguai, liderado pelo major José “Nino” Gavazo.

O sequestro e apropriação de crianças, filhos de prisioneiros políticos, foi um dos crimes sistematizados na Argentina nos anos setenta. Segundo as associações de familiares, foram mais de 500 crianças que se furtaram suas identidades, ainda que os casos denunciados e documentados sejam menos e as crianças identificadas sejam muito menos ainda: segundo *Abuelas de Plaza de Mayo* em 2007 o número de crianças recuperadas não alcançava os 90. (TRÍAS, 2008: 230).

No DOPS, Lilián Celiberti continuava sendo torturada e o inevitável ciclo sequestro-tortura-sequestro se configurava mais uma vez dentro da *Operação Zapato Roto* quando os repressores acharam o seu endereço da rua Botafogo, nº 621, bloco 3, apartamento 110, no bairro Menino Deus, anotado no boleto da creche Cisne Branco onde estavam matriculados seus filhos. Nesse

apartamento, Universindo Rodríguez se preparava para ir ao estádio Beira Rio assistir a uma partida de futebol do Sport Club Internacional, com Camilo e Francesca, quando foi surpreendido por homens fortemente armados de trajes civis. O delegado Pedro Seelig apontou uma pistola 45 para ele e ordenou sua prisão. O “amaciamento” começou ali mesmo na casa deles quando os policiais empunhando pistolas curtas começaram a bater no uruguaio além de revirar e destruir todo o apartamento. Para Hevia Cosculluela: “Interrogar é uma arte. Primeiro há o período de “amaciamento”, com as usuais pancadas e insultos. O objetivo é humilhar o prisioneiro, fazê-lo perceber seu estado de abandono, isolá-lo totalmente da realidade”. (Apud. CUNHA, 2008: 352).

Universindo lembra que quem mais batia era o agente Orandir Portassi Lucas, conhecido como “Didi Pedalada”, um forte ex-jogador de futebol que naquele momento atuava como escrivão do DOPS. Enquanto alguns agentes batiam no uruguaio, outros reviravam a casa invadida em busca de dólares e armas que não foram encontradas. Na falta disso, levaram as roupas e os pertences dos uruguaios além de alguns exemplares do periódico *Compañero*. Aqui é importante frisar que essa prática era muito comum nas ditaduras do Cone Sul, já que além de recolher materiais que poderiam servir como provas de subversão, como documentos, jornais e livros censurados, por exemplo, os grupos de tarefas roubavam os pertences de suas vítimas para benefício material. Os roubos perpetrados nos domicílios dos sequestrados eram considerados pelas forças de operação como “Botim de guerra” (CONADEP, 1985: 13).

Em seguida, os quatro foram levados ao DOPS, os adultos encapuzados e algemados. O capuz era a primeira forma de tortura já que servia para isolar, desorientar e amedrontar o sequestrado. No terceiro andar da SSP do Rio Grande do Sul, Universindo mal havia se recuperado da pancadaria no apartamento da Rua Botafogo e já estava novamente sofrendo com intensos golpes do capitão Glauco Yannone, que cansou seus punhos de tanto bater e passou a usar a sola do seu sapato. (MARIANO, 1998: 65) O estudante de medicina mal pode reconhecer seu rosto no espelho. Porém, como ele não dizia nada mais do que o seu nome verdadeiro foi submetido ao terrível “pau-de-arara”.¹³ Como esse método quase nunca é utilizado isoladamente (BRASIL

¹³ O pau-de-arara é um instrumento de tortura genuinamente brasileiro, exportado para as ditaduras *hermanas* da Argentina, Uruguai e Chile, que o chamavam de *periquera*.

NUNCA MAIS, 1989), ligaram eletrodos na sua boca e nos membros inferiores e superiores. Quem dirigia os interrogatórios era o capitão uruguaio Glauco Yannone e o delegado do DOPS Pedro Seelig. Nas seções de tortura, os agentes queriam saber basicamente, quatro coisas: 1) contatos uruguaios de Lilián Celiberti e Universindo Rodriguez no Brasil; 2) contatos brasileiros no Brasil vinculados aos uruguaios; 3) companheiros de Lilán e Universindo no Uruguai e 4) companheiros dos uruguaios na Europa. Além de perguntar pela localização de Hugo Cores e pelo dinheiro do PVP.

Os relatórios baseados no interrogatório seriam partilhados, e, caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução. A tortura era parte inevitável e integral do processo de interrogatório em todos os países. Sob o sistema, os prisioneiros em países vizinhos podiam ser interrogados simultaneamente, com base em trocas rápidas de perguntas e dados entre os interrogadores (DINGES, 2005: 36).

Por volta de meia noite, depois das intermináveis seções de sevícias, sem sucesso para os agentes repressivos, já que Celiberti e Rodriguez não disseram nada mais do que os seus próprios nomes, o comando bi-nacional responsável pela execução da Operação *Zapato Roto* resolveu transladar ilegalmente os quatro cidadãos uruguaios ao seu país de origem. Isso representava um grave problema para os detidos-desaparecidos, já que a conjuntura brasileira de distensão política¹⁴ do governo Geisel era diferente do contexto no Uruguai no auge do seu Terror de Estado. Para Lilián Celiberti, se no Brasil existia alguma possibilidade ainda que remota de sobreviver, em seu país: “O desaparecimento era o principal inimigo contra quem lutar. (CELIBERTI, 1989: 5)”. Apesar de a ditadura uruguaia não ter adotado o desaparecimento em massa como política de Estado, o temor de Celiberti não era infundado. Isso porque a maioria dos casos de desaparecimento de cidadãos uruguaios ocorreu na Argentina e a militante do PVP sabia disso. Quanto a essa luta particular da professora cabe um parêntese para verificarmos dois comportamentos distintos entre os agentes do comando bi-nacional.

Frente a ele (o desaparecimento), via dois comportamentos em meus captos. Os militares uruguaios me davam a entender como algo possível, pela própria forma da operação: se nos prendiam ilegalmente no Brasil, era mais fácil nos fazer desaparecer (a essa altura, já havia

¹⁴ “A teoria da ‘distensão’ pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-a a níveis mais elevados, mas sempre controlados de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição”. (ALVES, 1984: 185).

aproximadamente cem desaparecidos), e mais ainda se no meio estavam duas crianças que complicavam bastante as explicações do fato. Por outro lado, nos policiais brasileiros me parecia perceber, principalmente, o interesse de que nos tirassem rápido do país. Queriam se desembaraçar de nós o quanto antes, porque eram mais sensíveis às conseqüências. Não do ponto de vista humano, mas devido ao momento político do Brasil. (CELIBERTI, 1989: 15).

Quanto a essa diferença no comportamento dos agentes repressivos uruguaios e brasileiros, não se deve cair no erro que perpassa muitas vezes o senso comum de que a ditadura brasileira foi menos violenta que os demais Estados autoritários do Cone Sul. “O regime militar foi talvez mais sofisticado, mas os relatos das torturas que atingiram milhares de pessoas no Brasil provam que a brutalidade verde-amarela não deve nada a ninguém”. (CUNHA, 2008: 5).

Na madrugada do dia 13 de novembro, iniciaram uma longa viagem rumo à fronteira Chuí-Chuy. Universindo Rodríguez foi levado em um automóvel custodiado por Yannone, que o ameaçou durante toda a viagem, além de não deixá-lo urinar, nem beber, nem comer nada. Lilián Celiberti foi levada em outro carro e seus filhos, em uma camioneta. Além dos quatro sequestrados em Porto Alegre, também foram trasladados outros membros do PVP, detidos em Montevideu, que foram levados à capital gaúcha para encontrar Celiberti e Rodríguez. Rony Steffen, filho de Hermann, que também era requerido da operação *Zapato Roto*, havia sido levado ao Brasil, pois disse, quando torturado, que tinha um contato na fronteira, mas como esse não apareceu, ele ficou detido no Chuy antes mesmo do sequestro em Porto Alegre. Os demais foram levados e trazidos de Porto Alegre num caminhão de três toneladas pertencente à Comissão Administradora de Abasto – Carne de gado (CADA), cujo interventor era um capitão da linha dura do exército uruguaio.

Na fronteira, no posto da polícia federal brasileira, outros membros da Companhia de Contra-informações comandados pelo capitão Eduardo Ferro, pegaram os sequestrados devidamente algemados e encapuzados, e os levaram em uma comitiva armada até o Forte de São Miguel, situado cerca de 10 quilômetros do Chuí, onde mantinham uma base operacional.

Em território uruguaio, a tortura psicológica recomeçou com ameaças, inclusive, contra as crianças que foram obrigadas a deitarem no chão com os adultos sob as miras das armas dos agentes repressivos. Devido à proximidade do Forte com a fronteira brasileira, os detidos-desaparecidos foram levados ao parque da Fortaleza de Santa Teresa, no departamento de Rocha, cerca de 40

quilômetros do Chuy.

Antes de chegar à fortaleza, retiraram Lilián do carro e fizeram uma simulação de fuzilamento, enquanto Glauco Yannone ameaçou-a: “Esta se faz de viva, não vamos lhe dar mais bola, vamos agir! Enfim, aqui termina a viagem. Ou pensa que vamos ter tanto trabalho? Mais um no Rio da Prata.” (CELIBERTI, 1989: 17). O capitão Yannone ameaçava Celiberti com alusão direta ao desaparecimento em uma típica modalidade de terror psicológico imposta à vítima.

Ao chegarem ao parque militar de Santa Teresa, Universindo Rodríguez foi torturado no chamado *submarino* que consistia em tentativas de afogamento, em pleno mar. Eram mais de trinta agentes da Companhia de Contra-informações atuando no submarino sob o comando de Ferro e Yannone. Mesmo com o calor de verão em novembro, Rodríguez não conseguia parar de tremer de frio ao sair da água. Lilián foi torturada em um tacho improvisado que era um pequeno barril cortado e um capuz impermeável. Nessa seção de tortura, Celiberti teria informado que aguardava o encontro de alguns companheiros do PVP em seu apartamento no dia 17 de novembro de 1978. Isso obviamente interessou ao capitão Ferro e, enquanto Universindo era levado para um Centro Clandestino de Detenção (CCD), o comando repressivo trasladou a uruguaia novamente ao Brasil para preparar aquilo que no jargão militar é conhecido como “*ratonera*”. Para tanto, os agentes usaram seus filhos, Camilo e Francesca, mantidos como reféns em um prédio¹⁵ da própria Companhia em Montevideu, enquanto faziam campana no apartamento da Rua Botafogo, em Porto Alegre.

Contudo, o dispositivo de segurança interna do PVP funcionou e fez com que ao invés de correligionários uruguaios aparecessem os jornalistas brasileiros Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, que testemunharam o crime.¹⁶ Na madrugada do dia 18 de novembro, Lilián Celiberti seria trasladada ao seu país pela segunda vez, mas agora, pelo menos com uma vaga esperança de que seu ato tivesse repercutido e, por conseguinte, garantisse a segurança dela, de seus filhos e de Universindo. Dessa vez o traslado foi feito

¹⁵ Apartamento aparentemente situado na Rua Rio Negro, no centro de Montevideu, conforme declarações do ex-soldado Hugo Walter García Rivas.

¹⁶ A denúncia de tal fato fez com que a operação *Zapato Roto* tivesse que ser abortada e a partir dela foi desencadeada uma campanha internacional de solidariedade para com Lilián, Universindo e as crianças. O papel da imprensa brasileira foi fundamental, pois, pela primeira vez os repórteres se lançaram em uma investigação jornalística na ditadura militar. Até mesmo uma CPI foi instaurada para apurar o *sequestro dos uruguaios*. O desfecho peculiar deste episódio foi que as crianças foram devolvidas à avó. (CUNHA, 2008).

pelo trajeto Rivera-Santana do Livramento.

Em Rivera, o capitão Carlos Rossel interpelou Lilián sobre o ocorrido em Porto Alegre dizendo em um tom ameaçador: “Cagaste tudo.(...) Nunca te atiraram de um avião”. (CELIBERTI, 1989: 29-30). Aqui é importante salientar que a ameaça de desaparecimento aos moldes do TDE argentino, foi utilizada como forma de terror psicológico no sequestro de Celiberti. Além dessas constantes ameaças diretas ou veladas de desaparecimento, a principal tortura psicológica submetida a Lilián era não saber como e onde estavam seus filhos.

No caso Lilián, seus sequestradores a ameaçaram em executá-la fazendo alusão direta aos cadáveres de vítimas da repressão argentina que haviam aparecido no litoral uruguaio depois dos “voos da morte”. Independente do envolvimento direto dos repressores uruguaios nessas práticas da ditadura argentina (questão ainda em aberto), a postura dos sequestradores demonstra, no mínimo, o conhecimento e o uso dessa metodologia de desaparecimento como recurso assustador do aparato repressivo. (PADRÓS, 2005: 760).

Enquanto isso, em Montevideu, Universindo seguia na condição de detido-desaparecido na Companhia de Contra-informações, localizada na rua Colorado nº 2.298, esquina bulevar Artigas. A companhia era um local úmido e frio com o rádio ligado ininterruptamente a todo volume para abafar os sons dos gritos já que as torturas não cessavam por um só instante com submarinos e golpes em uma oficina mecânica dentro do próprio prédio. O militante do PVP encontrava-se vestido de macacão com venda nos olhos, algemas, corrente e cadeado no tornozelo. Fora isso, Universindo também não sabia onde estava sua amiga até o dia 18 de novembro, quando a mesma foi levada à Companhia onde permaneceu com ele, porém incomunicáveis, até o dia 06 de dezembro quando foram transferidos a um quartel que era outro terrível centro de tortura e de detenção conhecido como *El Infierno*. Cabe ressaltar que os centros de tortura e detenção podiam ser clandestinos. como no local que Universindo esteve detido antes de ser levado à Companhia e o apartamento onde estiveram as crianças, ou poderia ser um local institucionalizado, como o quartel do exército e a própria Companhia de Contra-informação.

TDE nos cárceres uruguaios

De acordo com o relatório *Nunca Mais* (SERPAJ: 1989), a tortura massificada era política de Estado da ditadura de Segurança Nacional do

Uruguai, tanto nos cárceres políticos como nos quartéis. A diferença é que nesses prevalecia o uso sistemático da tortura física, chamada “lixa grossa”, com plantões, *picana* elétrica, submarinos e *colgamientos*. Essas instalações militares eram os primeiros locais para onde os sequestrados eram levados e funcionavam como centros de interrogatório e tortura. Eram equivalentes ao *chupaderos* argentinos, ou seja, nos quartéis, os prisioneiros políticos eram “*chupados*” e quando não tinham mais informações eram levados ao cárcere tradicional. Nas grandes penitenciárias uruguaias como *Libertad*, *Punta Rieles* e *Punta Carretas*, a rotina de torturas físicas dava lugar a uma sistemática tortura psicológica, chamada de “lixa fina”, já que o objetivo da prisão prolongada não era colher informações, mas sim deteriorar a saúde mental dos detentos com mecanismos cientificamente planejados. Veremos agora como foram na prática a passagem de Lilián e Universindo pelos temíveis quartéis e cárceres políticos uruguaios.

Dos cinco anos que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz estiveram presos, um ano e meio foi no Batalhão de Infantaria Blindada Nº 13, conhecido pelos detentos como “*El Infierno*,” (SERPAJ, 1989: 113) devido a suas condições assombrosas. Os outros detidos-desaparecidos na Operação *Zapato Roto* também foram levados ao 13º Batalhão que era um dos maiores CCDs do Uruguai. Lá, funcionava a mais importante base operacional do *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCHOA) e do *Servicio de Inteligencia de Defensa* (SID). Nele, cada preso político permanecia em pequenas celas individuais, completamente isolado(s) dos demais companheiros e com a as luzes acesas diuturnamente. O tratamento dado aos detidos era extremamente brutal, principalmente quando vinha em forma de represálias como na vez que os oficiais descobriram que Lilián Celiberti conseguiu contrabandear cartas para sua mãe através de guardas da Companhia de Contra-informações.¹⁷ A partir desse ato, considerado inadmissível por parte da oficialidade do exército uruguaio, o 13º Batalhão fez jus a seu apelido de *Infierno*, através de um terrível tratamento dado aos presos para servir de

¹⁷ “Todas as visitas que [Celiberti] recebia dos familiares ocorriam na presença de guardas, sendo expressamente proibidos quaisquer assuntos que não versassem sobre aspectos domésticos. Em vista disso, Lilián escrevia extensos bilhetes utilizando uma agulha e o papel aluminizado das carteiras de cigarro. Quando o pai ia visitá-la, ambos, imperceptivelmente, depois de terem colocado as carteiras sobre a mesa, trocavam-nas.” (FERRI, 1981: 230).

exemplo. Ao ser descoberta, a uruguaia pegou mais de um ano na solitária, o que representava uma prisão dentro da própria prisão.

Lilián estuvo en una celda aislada por 18 meses, sin escuchar radio, leer o conversar con nadie. “Casi me volví loca”, dijo Lilián. En la estrategia de enclausuramiento prolongado, los militares uruguayos crearon las celdas solitarias, llamadas casitas (porque medían, generalmente, 1,80 por 1,50 metros) o islas. Normalmente, el confinamiento en la húmedas, sofocantes y mal olientes casitas duraba de 10 a 90 días. (MARIANO, 1998: 69).

Durante meses, os prisioneiros políticos tiveram apenas três minutos por dia para ir ao banheiro. Isso fez com que eles usassem uma pequena sacola de nylon para fazer suas necessidades diárias e nesse curto espaço de tempo eles tinham para lavá-la. Além disso, Universindo relata que durante os períodos de represália não houve nenhum atendimento médico ou odontológico, nem visitas e nem banhos de sol. As precárias e desumanas condições dos quartéis faziam parte de uma especificidade do TDE uruguaio que pretendia seguir com a “guerra suja” até mesmo dentro dos cárceres nas prisões prolongadas. O isolamento absoluto e o terror psicológico eram constantes nos calabouços da ditadura civil-militar uruguaia.

O recurso da prisão prolongada tinha diversos objetivos. O primeiro era ameaçar tanto os presos políticos quanto a sociedade em geral. A política do sistema carcerário não pretendia constituir os presos em melhores condições à sociedade. Pelo contrário, o intuito era destruí-los mediante sua decomposição moral, a perda da sua identidade psíquica e a eliminação das suas reservas éticas e políticas. (PADRÓS, 2004: 59).

A rotina de torturas físicas e psicológicas só era interrompida quando organismos internacionais de direitos humanos como a Cruz Vermelha fazia uma visita para verificar as condições dos prisioneiros políticos. No momento que isso acontecia, os próprios prisioneiros limpavam e desinfetavam suas celas imundas e, ameaçados, encenavam condições razoáveis de encarceramento. Porém, quando terminavam as visitas recomeçava o martírio e sofrimento de Lilián e Universindo que foram transferidos algemados e com capuzes para um novo quartel antes de serem levados até os penais de *Punta Rieles* e *Libertad*.

Ao sair do 13º Batalhão de Infantaria no dia 13 de junho de 1980, Rodríguez foi transferido para o Estabelecimento Militar de Reclusão Nº 1, conhecido ironicamente como Penal de *Libertad* por ser próximo de um pequeno povoado com o mesmo nome. Já Celiberti foi levada ao Estabelecimento Nº 2, chamado de Penal de *Punta Rieles*, que era a

penitenciária feminina. A transferência dos presos políticos dos quartéis para esses presídios militares significava um certo alívio para os mesmos. Isso, nem tanto pelas condições carcerárias que continuavam péssimas, mas pelo fim da dura rotina da tortura física, além do contato social com os outros presos políticos que os receberam da melhor maneira possível. Com o fim do total isolamento a que eram submetidos os detentos no Batalhão, Lilián e Universindo, cada um em seu respectivo penal, puderam restabelecer novamente relações de solidariedade em meio a situações-limite como o cárcere uruguaio. Além disso, também conseguiram, mesmo com todo o controle do aparato prisional, resistir coletivamente à “guerra suja” imposta pelo TDE aos prisioneiros políticos.

Mas, mesmo assim, a vida era dura para Universindo Rodríguez no Penal de Libertad. As visitas eram quinzenais, porém o contato com os entes queridos só era permitido através de uma fria conversa telefônica de cinco ou dez minutos, totalmente controlada e separada por um espesso vidro (CUNHA, 1979: 15). Qualquer assunto que fizesse referência à política um censor cortava a ligação e suspendia o restante da visita. Os familiares só entravam descalços depois de passarem por uma rigorosa revista e os livros eram expressamente proibidos. Localizado a 50 quilômetros de Montevideu, *Libertad*, “abrigava” quase três mil prisioneiros em um edifício de cinco andares ordenado de acordo com o grau de “periculosidade” de cada preso. O militante do PVP sequestrado em Porto Alegre ficava na ala dos mais perigosos, pois havia sido processado e condenado por subversão que era praticamente um crime hediondo na ditadura uruguaia.

Nesse sentido, as prisões de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez, respectivamente nos penais de *Punta Rieles* e *Libertad* nos evidenciam uma sistemática política terrorista de ambos os cárceres que foram projetados justamente para destruir psicologicamente os detentos. Os variados mecanismos de repressão e o terror psicológico foram cientificamente planejados por psiquiatras que atuavam a serviço da ditadura civil-militar de Segurança Nacional do Uruguai.

Ao saírem do cárcere em 19 de novembro de 1983, com uma dívida, não paga, de 2 mil dólares pelas despesas dos cinco anos de prisão,¹⁸ Celiberti e

¹⁸ No Uruguai, eram os próprios presos que arcavam com os gastos do encarceramento.

Rodríguez confirmaram o sequestro e apontaram o delegado Pedro Seelig e o diretor do DOPS, Marco Aurélio da Silva Reis como chefes responsáveis pela operação do lado brasileiro. Além disso, ratificaram uma denúncia contra o Estado uruguaio em plena ditadura. Em 1995, Lilián foi indenizada com 28 mil dólares pelo estado do Rio Grande do Sul. (MARIANO, 1998: 70). Universindo Rodríguez também foi indenizado, porém com uma soma menor, já que a uruguaia teve seus dois filhos sequestrados e deportados para o Uruguai. Era o inédito reconhecimento do Estado brasileiro frente a um crime de lesa-humanidade praticado sob a cobertura da Operação Condor.

Considerações finais

Diante do exposto são inegáveis as demonstrações das modalidades de Terror de Estado no sequestro (1978) e cárcere (1978-1983) dos uruguaios detidos na capital do Rio Grande do Sul. Desde a ação de detenção ilegal propriamente dita, passando pela tortura física e psicológica em centros clandestinos e oficiais de detenção como o DOPS ou a Companhia de Contra-informações, passando pela possibilidade real de “apropriação” de Camilo, de sete anos, e Francesca, de três anos, pelos agentes repressivos.

O caso *Lilián-Universindo* não obteve o êxito almejado pelo comando repressivo já que eles não conseguiram chegar até Hugo Cores, principal requerido da operação, nem localizar o cobiçado dinheiro do PVP. Além disso, os agentes uruguaios não puderam matar, nem desaparecer com Celiberti e Rodríguez devido ao inesperado testemunho da imprensa. Por isso, se comparáramos o sequestro de Porto Alegre com outros casos realizados pela Companhia de contra-informações do Exército em Buenos Aires podemos afirmar que a operação bi-nacional foi um fracasso do ponto de vista repressivo.

Entretanto, há que se proceder com certa relativização na análise acerca de tal “fracasso” já que o trauma físico e psicológico, típicos de situações-limite, como as vivenciadas pelos quatro cidadãos uruguaios sequestrados na capital gaúcha, são irreparáveis. Isso pode ser visto na recente declaração dada por Lilián Celiberti ao jornal *Página 12* em que ela responde ao capitão Eduardo Ferro sobre o tal “fracasso” da Operação *Zapato Roto*:

Cuando habla de la presencia de mis hijos y lo califica como una “operación fracasada”, ¿Qué es “fracasada”, cuando nosotros estuvimos cinco años presos luego de ser secuestrados? ¿ El fracaso es

que no pudieron matar, que no nos desaparecieron? (CELIBERTI, *Página 12*, 23/12/2007).

Por isso, cabe aos historiadores preocupados com as questões do tempo presente fazer a análise do *sequestro dos uruguaios*, após mais de três décadas, a partir do viés do TDE, pois isso implica na responsabilização dos agentes repressivos brasileiros e uruguaios, amparados impunemente pelas leis de anistia (1979) e de *caducidad*¹⁹ (1985), que atuaram nesse caso e cometeram crimes de lesa humanidade.

Finalmente, ao verificar o sofrimento de Lilián, seus filhos e Universindo, não deve ser supervalorizada a condição de vítimas dos mesmos, já que eles lutaram de todas as formas contra o terrorismo estatal coordenado entre o Uruguai e o Brasil. A bravura dos uruguaios perante as intermináveis seções de tortura no DOPS, na Companhia de Contra-informações ou no *Infierno*, em que os adultos não deram nenhuma informação aos agentes repressivos com exceção de seus nomes verdadeiros, e a própria manutenção das suas sanidades mentais frente à política de enlouquecimento nos cinco anos de reclusão nos cárceres da ditadura uruguaia, evidenciam o caráter da resistência desses obstinados militantes políticos na luta de oposição ao Terror de Estado das ditaduras no Cone Sul da Operação Condor e da Segurança Nacional.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa 2050- 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política no Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CELIBERTI, Lilián e GARRIDO, Lucy. *Meu Quarto, Minha Cella*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: O Sequestro dos Uruguaios*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. O repórter que viu o Condor. Caderno Cultura. Notícias de um seqüestro, *Zero Hora*, 01/11/2008.

¹⁹ No Uruguai vem sendo discutida a questão da anulação da lei de *caducidad* também conhecida como lei de impunidade por aqueles que defendem o seu fim. Inclusive um plebiscito foi realizado no último mês de outubro para votar pela anulação ou não da lei. Apesar da escolha popular pela não anulação só o fato de a sociedade se mobilizar par debater tal tema já é de suma importância.

_____. *Uruguai: Terror e silêncio*. *Coojornal*, outubro de 1979.

DINGES, John. *Os Anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul O caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GAUDICHAUD, Franck. *Operación Cóndor. Notas sobre el terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Madri: Editorial Sepha, 2005.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. *Operación Cóndor. Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

_____. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na Ditadura Militar*. Porto Alegre: RBS publicações, 2000.

NUNCA MAIS. Petrópolis: Vozes, 1985.

NUNCA MAIS. *Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

URUGUAY Nunca Mas. *Informe sobre la violacion a los derechos humanos (1972-1985)*. 3. ed. Montevideo: Servicio de Paz y Justicia (Serpaj), 1989.

VICTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Ed. Semente, 1980.

TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores. Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Ed Trilce, 2008.

WASSERMAN, Claudia e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Colaboração recebida em 29/07/2009 e aprovada em 13/10/2009.